



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
Núcleo de Pesquisa e Extensão Rural (NuPER)
Rod. Washington Luís, Km. 235
CEP 13565-905 – São Carlos – SP
Homepage: <https://nuperufscar.com.br/>



Análise situacional e principais enfrentamentos para o desenvolvimento agrário de São Carlos

Documento elaborado por camponeses representantes do Acampamento Capão das Antas, do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Santa Helena e do Projeto de Assentamento (PA) Comunidade Agrária Nova São Carlos, em parceria com o Núcleo de Pesquisa e Extensão Rural (NuPER) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – 22/06/2023.

A questão agrária de São Carlos enfrenta importantes desafios relacionados ao seu desenvolvimento e à regularização fundiária. Três projetos distintos, o Acampamento Capão das Antas, o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Santa Helena e o Projeto de Assentamento (PA) Comunidade Agrária Nova São Carlos, representam hoje diferentes realidades e enfrentamentos observados nesse contexto.

Diante das particularidades de cada um dos projetos, é evidente a necessidade de ações e políticas interinstitucionais para enfrentar os desafios e promover o desenvolvimento agrário nesses territórios. A integração entre as diferentes esferas governamentais, bem como a disponibilização de recursos financeiros, infraestrutura adequada, acesso à água e assistência técnica, são elementos fundamentais para garantir o sucesso e a sustentabilidade desses projetos. Somente por meio de esforços conjuntos será possível proporcionar condições propícias para o desenvolvimento agrário e a melhoria da qualidade de vida das famílias que lutam pelo direito à terra e buscam uma vida digna no campo.

Nesse sentido, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) desempenha um papel fundamental para criar um ambiente propício para o crescimento econômico, social e ambiental no âmbito agrário de São Carlos, beneficiando não apenas as famílias assentadas, mas toda a comunidade local.

*Recebido em
22/6/23
Sabina*

Ressaltamos assim, a importância da atuação do INCRA na implementação de políticas públicas que visam fortalecer a agricultura familiar, os assentamentos e acampamentos da reforma agrária, garantindo a regularização fundiária e a segurança jurídica de tais territórios, promovendo sua produção sustentável e melhorando a qualidade de vida das pessoas que vivem do campo. Considerando as premissas apresentadas, aproveitamos para apresentar algumas especificidades de cada um dos territórios em questão, buscando, deste modo, estreitar oportunidades de avançar no desenvolvimento rural local em sentido amplo.

PDS Santa Helena

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Santa Helena, criado no ano de 2005, busca promover um modelo diferenciado de assentamento rural, com ênfase na produção agroecológica, no trabalho coletivo e na sustentabilidade ambiental. No entanto, algumas questões precisam ser abordadas para garantir o pleno desenvolvimento do assentamento.

Uma das principais preocupações dos agricultores assentados atualmente é a **pulverização aérea de agrotóxicos** nas áreas circundantes ao PDS, principalmente aqueles utilizados no cultivo de cana-de-açúcar. Essa prática tem causado problemas, como a deriva, em que os defensivos agrícolas atingem áreas além do desejado, comprometendo a produção agroecológica e gerando impactos financeiros nas famílias. Embora não seja de responsabilidade direta do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), é essencial que haja uma articulação interministerial e interinstitucional para enfrentar essa questão e garantir a sustentabilidade e viabilidade dos projetos agroecológicos.

A **falta de recursos hídricos** adequados e suficientes também é um obstáculo para o pleno desenvolvimento do assentamento. Problemas como poços sem vazão, distribuição ineficiente de água e bombas danificadas comprometem o uso da água, tanto para o consumo humano (representando riscos à saúde das famílias), como para as necessidades econômico-produtivas.

Além disso, a ausência de transporte público e a má conservação das estradas rurais dificultam o **deslocamento dos assentados para o núcleo urbano**, prejudicando a comercialização dos produtos e o acesso a serviços essenciais, como saúde e educação, impactando diretamente na qualidade de vida dos assentados. Ademais, ações específicas em relação à **regularização fundiária** são

necessárias para reduzir potenciais conflitos internos no assentamento, especialmente no tocante aos lotes ocupados de boa-fé e com aprovação das instâncias administrativas competentes.

A questão do **financiamento** à produção agrícola também representa um desafio, sendo que alguns dos obstáculos existentes podem ser superados com decisões institucionais mais inclusivas e eficientes, como **simplificação dos trâmites burocráticos** e documentais para acessar os recursos disponíveis, a designação de responsáveis e a presteza na realização de serviços de fornecimento de documentação oficial.

Da mesma forma, a substituição da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) pelo **Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF)** é uma questão relevante. As famílias assentadas acreditam que um cadastro por CPF (e não mais por unidade de produção) permitiria que mais membros da família, incluindo agregados reconhecidos institucionalmente e em idade ativa, pudessem desenvolver projetos produtivos e ter acesso a políticas públicas, aumentando a renda familiar e melhorando as condições de produção e reprodução social no contexto camponês.

Em suma, o PDS Santa Helena enfrenta desafios relacionados à pulverização aérea de agrotóxicos, acesso à água, transporte, regularização fundiária, financiamento e cadastro de atividades econômicas. Para promover o desenvolvimento sustentável do assentamento, é necessário buscar soluções interinstitucionais, assegurando a articulação entre os ministérios, a eficiência nos serviços prestados e a garantia de direitos para as famílias assentadas.

PA Comunidade Agrária Nova São Carlos

O PA Comunidade Agrária Nova São Carlos tem, segundo relatos, como objetivo de curto prazo a promoção da **regularização fundiária do assentamento**, seguindo dispositivos e procedimentos legais que respaldem a destinação da área concedida para a implantação do assentamento, com o propósito de impulsionar a reforma agrária e o desenvolvimento rural. Nesse sentido, é fundamental garantir uma série de aspectos, em especial **resguardar os direitos sociais e as atividades agropecuárias e produtivas dos beneficiários originais** que já estão estabelecidos regularmente na região. Isso implica em proteger suas conquistas e assegurar que suas atividades continuem sendo realizadas de forma adequada. É

preciso garantir a integridade do assentamento, evitando as vendas irregulares e o parcelamento desordenado das terras, que prejudicam a efetivação da reforma agrária.

Porém é necessário e fundamental garantir também que as famílias elegíveis tenham a oportunidade de usufruir da terra, promovendo sua inserção produtiva e melhorando suas condições de vida. Ou seja, seria muito oportuno, no curto prazo, o **acesso à terra para as famílias que atendem aos critérios estabelecidos pelo INCRA**, famílias estas que se encontram acampadas em áreas coletivas do Assentamento ou na sua proximidade, e que demonstram disposição para a realização de atividades agropecuárias. A possibilidade do uso de áreas coletivas para fins de **construção de agroindústrias** e espaços de organização política poderá vir a fortalecer os grupos ali existentes.

Adequação, manutenção e **fiscalização do manejo do solo nas áreas de proteção ambiental** também são imprescindíveis, e para tanto, a adoção de práticas sustentáveis de manejo, respeitando a legislação ambiental, a fim de preservar os recursos naturais e garantir a sustentabilidade das atividades agrícolas é um caminho a ser estimulado.

Além da regularização fundiária, o projeto busca também proporcionar uma **infraestrutura completa para a moradia e produção dos agricultores assentados**. A infraestrutura de moradia abrange o fornecimento de água potável para consumo humano, a instalação de uma rede de energia elétrica adequada, a implementação de saneamento básico, bem como o acesso a meios de transporte públicos, à saúde da família, educação do campo e às políticas de segurança pública. Já para promover a produção agropecuária no assentamento, é necessário prover redes de abastecimento de água específicas para essa finalidade, garantindo a irrigação e a criação de animais de forma adequada, de modo a impulsionar a produtividade e a sustentabilidade das atividades agrícolas.

Por fim, o projeto contempla o oferecimento de serviços regulares de **assistência técnica rural**, com o intuito de fornecer suporte técnico e burocrático necessário para que as famílias assentadas possam realizar suas atividades agrícolas de maneira eficiente. Além disso, a assistência técnica visa assegurar a fiscalização do cumprimento das normas estabelecidas, garantindo que as práticas adotadas estejam em conformidade com os dispositivos legais vigentes.

Acampamento Capão das Antas

O Capão das Antas é um acampamento de luta pela terra que ocupa uma área pública municipal desde 2011. Atualmente, aproximadamente 210 famílias vivem nesse território, lutando há mais de doze anos pelo direito à terra, trabalho e vida no campo. Como acampados, a questão essencial para as famílias desse território é o **acesso à terra de trabalho**.

Mesmo sem a segurança jurídica de permanência na terra, as famílias camponesas do Capão das Antas participam de 4 feiras municipais e comercializam cestas agroecológicas semanalmente, com potencial de venda de 100 cestas. É importante ressaltar que, devido a esse trabalho cotidiano, a produção agroecológica do Capão já é reconhecida no município de São Carlos.

No entanto, a área disponível pode não comportar o assentamento de todas as famílias, dependendo do projeto de assentamento que for estabelecido. Por isso, é fundamental haver esforços conjuntos entre as diversas esferas decisórias republicanas para amenizar o sofrimento dessas famílias, que atualmente enfrentam um conflito agrário em São Carlos. Em especial, destaca-se a importância da **integração entre as políticas de redistribuição fundiária e de moradia urbana**, que, se pensadas em conjunto, podem proporcionar um destino adequado e sustentável para as famílias que atualmente vivem em barracos improvisados no acampamento.

O projeto mais adequado para o assentamento das famílias em uma área caracterizada como de proteção ambiental parece ser um Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Nesse sentido, é importante levar em consideração que a presença dessas famílias no território tem trazido mais benefícios ao meio ambiente do que problemas, devido à produção sem agrotóxicos, à preservação de nascentes e matas nativas.

As famílias aguardam respostas do poder público. É fato que cada instituição tem limitações em sua atuação, no entanto, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), por meio do INCRA, pode desempenhar um papel protagonista no desenrolar do processo de assentamento dessas famílias, especialmente aquelas que já possuem histórico de produção agrícola e longa trajetória na área ocupada.